

Transformações do habitat e uso dos centros urbanos a partir da perspectiva tecno-econômica dos Guarani-Kaiowa¹

FABIO MURA

LACED/MN/UFRJ

Resumo

Muitos povos indígenas da América do Sul possuem cosmologias que desafiam dicotomias cristalizadas no pensamento científico ocidental. Estes não distinguem entre um mundo material, produto da “natureza”, e outro “artificial”. Geralmente os indígenas consideram o Cosmo como povoado por diferentes tipos de humanidades e espíritos, todos sendo sujeitos capazes de produzir os mais distintos e variados objetos, os quais, em conjunto, contribuem para compor a infra-estrutura do Universo. Nestes termos, florestas, rios e montanhas não podem ser vistos como sendo contrapostos a cidades e rodovias, todos contribuindo, em uma única combinação, na configuração da infra-estrutura de um determinado lugar. Mais significativo é para os índios classificar os objetos segundo sua eficácia, destino de uso e técnicas – muitas vezes políticas – para acessar e se empossar destes elementos, em um jogo de passagem de “donos”, para outros “donos”. Nesta comunicação, tomando-se como referência especificamente a perspectiva dos Guarani-Kaiowa, pretende-se analisar as transformações materiais oriundas do processo de urbanização e de outras modificações do habitat indígena como sendo o resultado de uma dinâmica cósmica, onde centros urbanos, técnicas e objetos introduzidos pelo “branco” colonizador são incorporados pelos nativos segundo lógicas e estratégias tecno-econômicas peculiares e coerentes com a própria visão do mundo e necessidades materiais.

Palavras-chave: Guarani Kaiowa; atividades tecno-econômicas; habitat/território.

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Introdução

Em artigo publicado na reconhecida coletânea organizada por Adam Kuper (1992), no qual se reflete sobre o conceito de sociedade, Philippe Descola coloca em destaque o fato de que os ameríndios não costumam fazer uma distinção heurística entre natureza e cultura, como ocorre no pensamento ocidental. Há que ser considerado, porém, que, embora destacando a importância desta falta de distinção, no plano metodológico o autor francês prefere mantê-la, uma vez que, segundo sua opinião, a abordagem antropológica permaneceria beneficiada. Com efeito, o enfoque estruturalista que movimenta as análises de Descola perderia muito de sua elegância, quase que se anulando, se delas fossem retiradas as suas características oposições lógicas.

Se se pensa em escapar de uma perspectiva estruturalista e dualista, o pensamento manifestado pelos ameríndios pode nos conduzir a assumir uma postura metodológica bem diferente daquela manifestada por Descola. Podemos, por exemplo, refletir sobre quão etnocêntrica seja essa distinção dicotômica, tão defendida no Ocidente, questionando as oposições trabalhadas nas Ciências Sociais, tais como entre abstrato e concreto, religioso e científico e – o que é de nosso principal interesse – entre natural e artificial.

Especificamente, a distinção entre natural e artificial, em um contexto que entrecruza distintas lógicas étnicas e de tradição de conhecimento, ofusca mais que esclarece sobre as dinâmicas que ocorrem em um determinado espaço territorial e social. O *habitat*, desta forma, não pode ser entendido unicamente como condição natural, como uma ecologia ligada apenas à fauna, à flora e às conformações minerais; as produções humanas, por seu turno, também deveriam ser entendidas como parte integrante dessa ecologia, o artificial esvaecendo enquanto especificidade e passando a constituir as potencialidades materiais que uma determinada região possui. Até mesmo os circuitos extra-locais, que movimentam idéias e recursos, deveriam ser considerados como partes integrantes desse *habitat*, visto que, em certa medida, a circulação de objetos dependerá justamente da amplitude do comércio e das redes de intercâmbio entre os seres que se relacionam nesses espaços. Por sua vez, há que se considerar o fato de que os índios, quando pensam em transações, não se limitam unicamente aos seres humanos, ou, melhor, não se limitam apenas aos que hoje se apresentam no Cosmo com a forma humana. Também os outros seres que povoam diferentes dimensões do Universo fazem parte da realidade cotidiana do *habitat* onde os seres humanos realizam as atividades que lhes dá sustento.

Outro aspecto importante deve ser considerado. A superação da dicotomia natural/artificial permite também redimensionar o entendimento que temos sobre as atividades de administração econômica e de ação técnica sobre a matéria. Os índios – ao menos os Guarani-Kaiowa – não separam as ações dirigidas à administração e transformação da matéria daquelas da administração das relações entre homens, bem como destes últimos com os outros seres que povoam o Cosmo. Assim, por exemplo, se necessitam derrubar uma árvore para construir uma casa, fazem orações (*ñembo'e*) para convencer o “dono da floresta” (*ka'agui járy*) a ceder-lhes a madeira cortada, uma vez que dela será feita um bom uso. Se esse espírito não for convencido, os males que decorrerão dessa má administração das relações serão evidenciados em momentos futuros, mostrando os fracassos do indivíduo que cortou a madeira ou de seus familiares. Desta forma, os fatos que tendemos a considerar como de ordem técnica, econômica, social e mágico-religiosa, se concatenam, segundo os Kaiowa, seguindo-se lógicas que, por suas características, poderíamos definir como sendo políticas, ou melhor, tecno-políticas (Mura 2006).

Platão já considerava a política como uma técnica de uso cuja propriedade é a de administrar todas as demais técnicas (Cambiano 1971, Galimberti 2000). Nestes termos, mudando-se o foco das técnicas de produção para as técnicas de uso, podemos analisar a administração feita dos recursos oferecidos por um determinado *habitat* como sendo o resultado da combinação contextualizada de técnicas de “produção” com aquelas de “aquisição”. O fato de que um determinado objeto seja produzido ou não pelo grupo social em foco passa, então, a ser secundário na compreensão do processo tecno-econômico analisado, uma vez que a bagagem material desse grupo resultará da combinação desses dois tipos de técnicas. Os seres humanos objetivam, de fato, administrar e consumir objetos e recursos cuja produção apenas não é determinante na vida dos indivíduos. O que é sim determinante é o acesso ou não aos objetos e recursos almejados, de modo que todo tipo de estratégias neste sentido são fundamentais de serem consideradas quando é analisada a relação que um grupo (ou uma rede de grupos) estabelece com a materialidade do *habitat* historicamente e não apenas “naturalmente” formada. Em certos contextos, a produção de objetos pode ser a atividade preponderante, mas em outros a aquisição pode ser mais idônea para satisfazer a maioria das necessidades materiais do grupo em pauta. Os Kaiowa, como veremos, passaram historicamente justamente de formas de gestão tecno-econômica onde a produção era preponderante, para um sistema de atividades que privilegiam as técnicas de aquisição, estas últimas estimuladas pela progressiva circulação, na região em que vivem, de objetos e matérias muito eficientes para o escopo técnico exigido.

O habitat

O amplo espaço geográfico onde foram construídos os diversos territórios guarani-kaiowa abrange parte das bacias hidrográficas dos rios Paraguai e Paraná, totalizando mais de cinco milhões de hectares. A fronteira entre o Brasil e o Paraguai foi estabelecida seguindo a espinha da serra de Maracajú, justamente o divisor de águas entre essas duas importantes bacias hidrográficas da região. No lado paraguaio, os grupos domésticos indígenas se assentaram ao longo dos numerosos córregos que constituem as sub-bacias dos rios Apa, Aquidabán, Ypane e Aguaray Guazu, todos afluentes da margem esquerda do rio Paraguai. No lado brasileiro, a maior parte das sub-bacias são determinadas por afluentes do Paraná, como os rios Brilhante-Ivinheima, Amambai e o Iguatemi. Há que se destacar também um afluente do rio Ivinheima, o rio Dourados, o qual, pelo seu porte, cumprimento e ramificações, foi e é ainda um importante curso fluvial, contemplado nas estratégias dos Kaiowa de assentamento e exploração de recursos.

Todo este amplo espaço geográfico foi palco, no correr do século XX, de significativas transformações ambientais, transformações estas que foram mais aceleradas e substanciais nos últimos 40 anos, com a implantação da pecuária intensiva, a agricultura mecanizada e o desenvolvimento dos centros urbanos em termos de infra-estruturas e objetos materiais.

O agrônomo Spyer (1999), em relatório sobre a T.I. Ñande Ru Marangatu, acrescenta que em tempos anteriores ao intenso desmatamento sofrido pela região em pauta, no lado brasileiro existiam aproximadamente 800 espécies de árvores e arbustos, e mais de 600 espécies herbáceas. Referindo-se especificamente à sub-bacia do rio Apa, a partir de dados do IBAMA, o autor destaca que nos anos de 1960-70 existiam, somente no município de Ponta Porã, 800 serrarias, sendo que, no final dos anos de 1990, apenas duas permaneciam de pé. Estes dados nos permitem entender a intensidade do desmatamento ocorrido, com consequências negativas para a reprodução da fauna e da flora local. Também Comar (2006) e Mello (2002)², apresentam as consequências ecológicas do processo determinado pelo desenvolvimento, na região, de atividades produtivas fomentadas pelo Estado, baseadas no extrativismo massivo de madeira e na mecanização da agricultura, bem como na introdução de insumos químicos (fertilizantes, herbicidas, inseticidas etc.), na disseminação de pastagens

² Ecólogo que elaborou o laudo ambiental sobre a Terra Indígena ñandéva de Yvy Katu, situada no extremo sul do cone sul de MS.

exóticas (colonião, braquiária etc.) e na expansão da pecuária extensiva. Estes autores remarcam o fato de que os poucos fragmentos de matas encontram-se isolados entre si, o que leva a fauna e a flora a um progressivo empobrecimento genético, com risco de extinção de numerosas espécies locais.

Para se ter uma idéia mais precisa da situação das matas no cone sul de Mato Grosso do Sul, basta analisar uma tabela elaborada por Mello (2002: 4) com dados do IBGE, reproduzida a seguir:

Remanescentes de mata nativa nos municípios da região em 31/12/1999

Iguatemi	Japorã	Mundo Novo	Naviraí	Eldorado	Sete Quedas
10%	3,7%	4,8%	10%	13%	10,8%

Os municípios levados em conta pelo autor referem-se aos localizados no extremo sul do estado. Contudo, vistas as imagens de satélite, se pode verificar que nos demais municípios do Cone Sul a situação não é diferente. Se cotejamos estas imagens com os mapas da região, elaborados em 1969 pelo Exército brasileiro, percebe-se que naquela época o cone sul do MS era ainda coberto por pelo menos 50% de suas matas nativas.

O desmatamento massivo nos espaços geográficos em questão não acarretou simplesmente uma drástica diminuição da população vegetal e animal (tanto em números de indivíduos quanto em variedades de espécies por hectares); este fenômeno provocou também significativas modificações na rede hidrográfica. Muitos rios diminuíram drasticamente o porte de água, sendo afetadas a fauna aquática e a morfologia dos cursos de água. Outros fenômenos, relacionados à falta de cobertura vegetal nativa, são o processo erosivo e o assoreamento dos cursos fluviais, ambos agravados pela ação física exercida pela pressão no solo dos membros dos bovinos, presentes em grande número na região, solo este, por sua vez, sujeito facilmente à descompactação, por falta de vegetação. Um derradeiro fator de mudança provocado pela falta de vegetação nativa é aquele relativo ao nível pluviométrico. De fato, de um clima úmido, constante em todas as estações, nestes últimos anos tem-se passado a um clima diversificado, com períodos cada vez mais significativos de seca, especialmente durante o inverno (de junho a setembro), com fortes rajadas de vento, o que favorece rápidas e devastadoras propagações de incêndios.

O argumentado até aqui se refere ao retrocesso e degrado das características ecológicas originárias. Neste sentido, coloquei em evidência processos de perda de elementos materiais que há muitas décadas eram disponíveis em abundância para as famílias indígenas. Contudo, estas devastações não foram provocadas pelos “brancos” repentinamente e muito menos estes abandonaram a região após a devastação. Se assim fosse, os índios se deparariam com a base material de seus territórios sumamente empobrecida, se cotejada com aquela que tinham à disposição no século XIX. Mas o *habitat* não sofreu simplesmente devastação; ele foi mudando seu perfil, com a introdução progressiva de estruturas materiais, circulação de objetos e saberes técnicos ligados a seu uso e/ou sua reprodução. Os “brancos” foram os principais atores desta transformação material dos espaços territoriais kaiowa, muitas vezes se servindo da mão-de-obra destes indígenas para tal propósito³.

Nas duas primeiras décadas do século XX o extremo sul do então Mato Grosso possuía tão somente dois municípios: Bela Vista (1908) e Ponta Porã (1912), as outras nucleações urbanas não passando de pequenas vilas. Essas vilas foram se desenvolvendo, ganhando progressivamente o status de distritos, para depois serem emancipadas em municípios. Este processo foi, porém, lento. Para se ter uma idéia, Dourados (hoje a segunda cidade do estado) conseguiu se emancipar como unidade administrativa tão somente na década de 30 do século XX, Amambai, na década de 40; Por seu turno, Iguatemi (centro importante no período ervateiro) e Antônio João conseguiram se constituir em município na década de 60, enquanto que Tacuru se emancipou apenas em 1980 – estas considerações referem-se apenas aos municípios onde se localizam as famílias indígenas entre as quais realizei minha pesquisa.

O período de maior mudança da realidade material da região em pauta é, sem dúvida, o das décadas de 1960 e 1970, com a mecanização do campo, quando se passou a implementar um massivo comércio de instrumentos técnicos e maquinários, comércio este que favoreceu o crescimento dos centros urbanos locais. O produto interno bruto dos municípios cresceu também consideravelmente; a renda, porém, foi distribuída de modo desigual, com forte concentração nas mãos de grandes e médios proprietários rurais. Com efeito, a mecanização permitiu a formação de latifúndios, caracterizados pela pecuária extensiva e a introdução de monoculturas, especialmente a soja.

³ Os Guarani-Kaiowa, assim como os Guarani-Ñandéva, participaram, como mão-de-obra, da derrubada do mato da região, especialmente durante a década de 1960.

Hoje o cone sul do Mato Grosso do Sul apresenta um *habitat* profundamente mudado com relação àquele de que os índios dispunham há pouco mais de três décadas. Os dados recentes oferecidos pelo IBGE, nos permite entender a magnitude desta mudança. Pode-se rapidamente deduzir a desproporção existente entre os recursos decorrentes da produção daquela que nós definimos como natureza, e aqueles introduzidos ou colocados em circulação pelos “brancos”. Tecendo alguns cálculos, podemos rapidamente verificar que o plantio de soja ocupa 16,76% da superfície determinada pelo conjunto de todos os territórios dos municípios contemplados. Por estimativa, pode-se afirmar que os centros urbanos juntos não superam 0,87% da superfície⁴, porcentagem quase equivalente àquela constituída pela soma das terras indígenas de posse efetiva dos Guarani-Kaiowa (e dos Guarani-Ñandéva) da região. Levando-se em conta estes números e adicionando-lhes aproximadamente 10% de matas remanescentes, fica claro que mais de 70% da superfície total da região é destinada a abrigar e sustentar as 3.869.372 cabeças de gado indicadas pelo IBGE para a totalidade dos municípios da região em pauta.

Considerando agora a relação entre o produto interno bruto total de cada município e aquele adicionado pela agropecuária, podemos claramente verificar a grande importância que a produção rural ocupa nestes lugares, superando, em muitos casos, 50% da produção do município. As estruturas comerciais e produtivas dos centros urbanos estão quase todos voltados a servir o campo. Mesmo uma cidade como Dourados (a segunda do estado em tamanho) apresenta uma estrutura da rede comercial não muito diferente de um centro bem menor como é, por exemplo, Iguatemi. Em ambas encontram-se lojas de venda de artigos de agropecuária bem abastecidas, onde é possível encontrar ferramentas, vestimentas especializadas, produtos veterinários etc. A diferença pode ser estabelecida mais em termos de quantidade do que em diversidade de artigos a serem encontrados.

As atividades rurais não se limitam, porém, a influenciar o ritmo das cidades sulmatogrossenses. Há que se levar em conta também o fato de que o trabalho braçal é realizado por pessoas humildes, cujos alojamentos, permanentes ou temporários que sejam, estão localizados no interior das fazendas. Além disso, existem assentamentos rurais, acampamentos de trabalhadores rurais “sem-terra” e as próprias terras indígenas situadas

⁴ Não disponho de informações sobre a dimensão da maioria dos centros urbanos, mas sabe-se que Dourados, a mais extensa e populosa cidade da região, foi construída em uma gleba de 3.600 ha. Neste sentido, sendo as outras cidades bem menores, podemos estimar que todas as vinte e três (23) juntas, unidas aos respectivos distritos, não chegam a totalizar 40.000 ha.

distantes das cidades. Nestes termos, tendo como clientes este leque de indivíduos, disseminam-se pela região pequenos estabelecimentos comerciais, conhecidos como “bolichos”. Nestes locais, além de se fazer compras, é possível realizar transações econômicas na base da troca, e é praticada a venda a crédito. Muitos deles também funcionam como lugares de socialização e consumo de bebidas alcoólicas.

Os Kaiowa e o habitat re-configurado

Tomemos agora em conta as implicações que estas transformações tiveram para os Kaiowa e Nandéva da região. Para estes índios, a mudança de distribuição de recursos, que caracteriza a realidade atual de seus espaços territoriais, não é o resultado de uma mecânica substituição e/ou incremento de materiais e objetos com relação a épocas passadas. Não se pode simplesmente afirmar que hoje existe, por exemplo, 70% da superfície regional onde pastam milhões de bois, e cidades contendo significativas quantidades de objetos e alimentos estocados, no lugar de densas florestas povoadas por uma grande diversidade de seres e recursos. Os índios não podem, em total autonomia, caçar ou capturar esses bovinos ou coletar esses objetos e alimentos. Existem, de fato, significativas mudanças nas modalidades através das quais os Kaiowa podem ter acesso aos recursos por eles desejados. A delimitação física (através de cercas) de enormes espaços territoriais, constituídos em propriedades privadas nas mãos de “brancos”, e a construção de centros urbanos que concentram e distribuem alimentos (também nas mãos de não-índios), colocam outros tipos de constrangimentos para os Guarani. Para poder explorar eficientemente seus territórios, eles precisam cogitar estratégias novas, a serem adicionadas àquelas utilizadas no passado.

O redimensionamento da disponibilidade de materiais e alimentos na região, assim como os critérios que pautam sua acessibilidade, redesenha a geografia dos recursos nos espaços territoriais kaiowa e ñandeva, criando condições para o estabelecimento de itinerários de aprovisionamento compósitos. Efetivamente, os índios devem levar em conta que o *habitat* onde vivem hoje não lhes permite assentarem-se onde considerem mais oportuno; isto é, não podem eles ocupar sistematicamente as cabeceiras de quase todos os córregos da região, como ocorria há quase um século. Hoje eles dispõem de exíguos espaços, constituídos pelas terras indígenas – que, como vimos, não chegam a ser 0,9% da região em pauta –, as beiras das rodovias e os centros urbanos. Existe também a possibilidade das famílias indígenas conseguirem morar (ou permanecer) em fazendas, estabelecendo relações de trabalho com os seus “donos”. De qualquer forma, os locais de acesso aos recursos se reduziram em muito

com relação ao passado. Por outro lado, há que se considerar que a tipologia dos materiais coletados também mudou, assim como sua forma de distribuição no espaço geográfico. As cidades concentram a maior parte dos alimentos, utensílios e objetos hoje utilizados pelos indígenas, constituindo-se assim num lugar de aprovisionamento privilegiado. O fato de este local concentrar, em espaços relativamente reduzidos, o considerado necessário para constituir a própria bagagem material, re-orienta de modo significativo as atividades de *jeheka* (“ir à procura de”) dos Kaiowa.

Existe outro aspecto fundamental do *habitat* atual: os recursos procedentes das atividades indigenistas. Neste caso, ao invés dos índios terem que explorar a região, temos um fenômeno em certa medida contrário, com o afluxo de bens direcionados aos espaços domésticos das famílias indígenas por obra de organismos públicos, ONGs e missões religiosas.

A configuração do *habitat* aqui descrita coloca em evidência a complexidade dos fatores e variáveis que entram em jogo na determinação das relações que os índios precisam tecer para poderem executar as ações que lhes permitam se aprovisionar dos recursos e saberes considerados necessários para a vida doméstica. Nestes termos, os espaços geográficos não têm uma composição material e social homogênea. Pode-se afirmar, como propõe Barbosa da Silva (2007), que os territórios kaiowa e ñandêva atuais estão constituídos por diferentes “ambientes”, como as terras indígenas, as fazendas, as cidades e as margens das rodovias. Cada um desses ambientes exige modalidades específicas para acessar e manejar os recursos neles presentes, assim como para, eventualmente, constituir nelas unidades residenciais. Como justamente argumenta essa autora (idem) – criticando trabalhos de Cardoso de Oliveira sobre os Terena (1968, 1976[1960]) –, não teríamos índios **de** aldeias, **de** fazenda e/ou **de** cidade, mas índios **nas** aldeias, **nas** fazendas e **nas** cidades. Destaca a autora que, no território de própria referência, os Kaiowa tecem redes baseadas no parentesco, que colocam em comunicação vários *te’yi*. A maioria dos *te’yi* podem estar assentados nos espaços de sua jurisdição em diferentes *tekoha*, mas outros podem se encontrar em fazendas, rodovias ou cidades das redondezas. Existem ainda casos em que uma única família extensa tenha alguns de seus membros distribuídos temporariamente em fazendas ou em centros urbanos.

À exceção das beiras de rodovia – cujas famílias aí assentadas são uma minoria –, os demais ambientes são contemplados pelos itinerários experienciais de praticamente todos os indígenas. As atividades agrícolas, de caça, pesca, coleta, *changa*, as transações comerciais, as relações com os organismos públicos etc., contemplam um certo tipo de mobilidade, que

acaba inevitavelmente por conduzir um indivíduo a se deparar com esses ambientes, assim como com suas peculiaridades em termos de disponibilidade e acessibilidade aos recursos materiais e imateriais neles presentes. A partir das especificações do *habitat* assim desenhado, constituem-se contextos sócio-ecológico-territoriais específicos, caracterizados tanto pela dominação colonial dos Estados brasileiro e paraguaio, quanto por intensas relações interétnicas entre índios e “brancos” e pela confrontação de distintas tradições de conhecimento e tecnologias. Nestes contextos, cada Kaiowa, levando em conta as exigências de sua unidade doméstica, terá à disposição um determinado repertório de possibilidades, repertório este que poderá ser ampliado ou diminuído dependendo de sua competência técnica, habilidade política, seu prestígio social e sua inserção na família extensa à qual pertence.

A relação com as cidades como ampliação do raio das atividades de aquisição

As atividades de coleta de recursos hoje não se limitando apenas às matas e aos campos, requerem necessariamente um aumento da variedade de técnicas de aquisição, assim como uma reformulação cosmológica que permita uma adequada compreensão tanto do *habitat* atual, quanto das relações que os seres desenvolvem nestes espaços de interação. Nestes termos, a presença de cidades nas proximidades de todos os assentamentos das famílias extensas indígenas⁵ faz com que os objetos de origem industrial, as infra-estruturas urbanas e as atividades primárias a estas relacionadas, sejam atribuídas a uma esfera cosmológica associada, nos “tempos das origens” (*Áry Ypy*), aos brancos. Cria-se, portanto, por um lado, a justificativa do porquê esta materialidade se concentra nas mãos de uma humanidade específica, mostrando uma moralidade e uma ética diferente em sua administração com relação àquela dos Kaiowa. Por outro lado – e de modo correlato – tem-se a compreensão dos inúmeros fracassos na implementação, entre os índios, da lógica econômica do *karai* (“branco”), implementação esta devida seja a atividades indigenistas, seja a iniciativas individuais de sujeitos kaiowa. Os xamãs afirmam, por exemplo, que se pode criar alguma cabeça de gado, de porco e/ou algumas aves, mas não adianta formar rebanhos e/ou granjas, estas sendo destinadas unicamente à administração dos brancos. Também empreendimentos comerciais e atividades rurais de grande porte são concebidos como sendo

⁵ A T.I. mais distante, por acesso rodoviário, de um centro urbano, é Pirakua, a cidade se localizando a aproximadamente 40 quilômetros de distância.

exclusividade dos denominados “patrões”, que são sempre “brancos”. Desta forma, fica evidente que para os índios não é possível, e também não é eticamente conveniente, produzir e reproduzir a materialidade que veio a se inscrever no último século de história na região. Assim como os recursos procedentes do mato dizem respeito ao espírito “dono” do mato, e os animais de caça estão associados ao espírito “dono” da caça, também os objetos e os alimentos industrializados ou produtos de atividades não indígenas dizem respeito a uma humanidade à qual compete produzir esses objetos e alimentos. Portanto, assim como se dirigem atividades de caça e de coleta aos matos e aos campos, com a finalidade de conseguir recursos destinados à produção indígena, teremos também atividades unicamente de aquisição, hoje preponderantes, destinadas à incorporação dos objetos materiais, cujas jazidas estão localizadas principalmente nos centros urbanos e, em menor quantidade, nos estabelecimentos comerciais rurais. Por seu turno, se para se relacionar com os espíritos “donos” se requerem técnicas políticas expressas através de orações cantadas (*ñembo’e*), de modo análogo, para se relacionar e obter as vantagens materiais em posse dos “brancos”, os índios utilizam técnicas políticas destinadas a gerar vínculos e obrigações, que permitem o acesso mais constante aos recursos almejados (Mura 2006). Nesses termos, as atividades de aquisição nos centros urbanos exigem dos índios, além de um conhecimento detalhado desse ambiente, uma atenta análise do comportamento dos “brancos” com os quais se deve necessariamente interagir, sendo que dessa interação dependerá muitas vezes o nível de sucesso alcançado pelas atividades tecno-econômicas desenvolvidas por eles (índios) nesse local.

Todos os municípios com terras indígenas em seu interior ou nas proximidades tiveram seus centros urbanos transformados em alvos privilegiados dos Kaiowa para o aprovisionamento de alimentos e objetos materiais. Há, porém, que se constatar que, dependendo do posicionamento geográfico das cidades, certas atividades de coleta podem se tornar, para certas famílias indígenas, sistemáticas, adquirindo uma curta periodicidade, quando não são cotidianas. Este é o caso de núcleos urbanos como Amambai e Dourados, que foram construídos a não mais de 5 quilômetros de distância de reservas, hoje densamente povoadas⁶. Significativos me parecem certos itinerários e técnicas de coleta adotadas por mulheres e crianças da reserva de Dourados, algo que pretendo aqui relatar.

⁶ No primeiro caso, me refiro à reserva homônima de Dourados; no segundo, às de Amambai e Limão Verde.

Alguns itinerários de aquisição na cidade de Dourados

A reserva de Dourados foi criada em 1917, com a medida, padronizada na época, de uma légua em quadra, isto é, 3.600 ha, que constituía uma gleba. Atualmente a área tem 3474 ha, e abriga, segundo os últimos levantamentos da FUNASA (março de 2006), cerca de 10.000 hab. Também a cidade homônima foi construída em uma gleba, tendo crescido bastante, indo um pouco além desse espaço inicial e contando com mais de 180.000 hab. Como se pode notar no mapa apresentado a seguir, a distância existente entre a reserva e o centro da cidade é de apenas 5 quilômetros, se considerando a via de acesso mais utilizada pelos índios que procedem de Jaguapiru (uma das duas aldeias que desde os anos de 1970 dividem formalmente essa terra indígena)⁷. Estes transitam intensamente entre reserva e cidade servindo-se da rodovia Dourados-Itaporã, que corta a aldeia de Jaguapiru no sentido norte-sul. Com relação às pessoas procedentes de Bororó, a rota de acesso principal é constituída pela rodovia Dourados-Itaum, que permite ingressar na região noroeste da cidade, alcançando-se o centro num percurso variável entre os 6 (seis) e no máximo 12 (doze) quilômetros de distância. Existe ainda um acesso na região nordeste da cidade, mas é um caminho mais tortuoso⁸, sendo menos cômodo para o trânsito de carroças e bicicletas, que são os veículos mormente utilizados pelos índios. Outro fator importante a limitar o uso desta via de acesso é o fato de que nessa região da cidade encontra-se de interessante apenas o Núcleo da FUNAI, que, embora seja relevante⁹, não integra os interesses da maioria dos índios atraídos pela cidade para desenvolver atividades cujos locais privilegiados distribuem-se entre o centro e os bairros do setor noroeste da mesma¹⁰. Este último lugar de Dourados (indicado com a letra “A” no mapa) é onde vive a média e alta burguesia, muitas de suas ruas e avenidas sendo arborizadas com plantas frutíferas, especialmente mangueiras. No centro da cidade (letra “B” no mapa), durante todos os sábados e as manhãs dos domingos desenvolvem-se as atividades de uma extensa feira, que comercializa prevalentemente produtos agrícolas da

⁷ A outra aldeia chama-se Bororó. A divisão é puramente formal e foi introduzida por interesses políticos de repartição de poder de jurisdição sobre diferentes micro-regiões da reserva, em vantagem de descendentes de Terena, os quais, com o apoio da FUNAI e de missões protestantes, chegaram a controlar por décadas parte significativa dessa terra indígena (Mura & Thomaz de Almeida 2003).

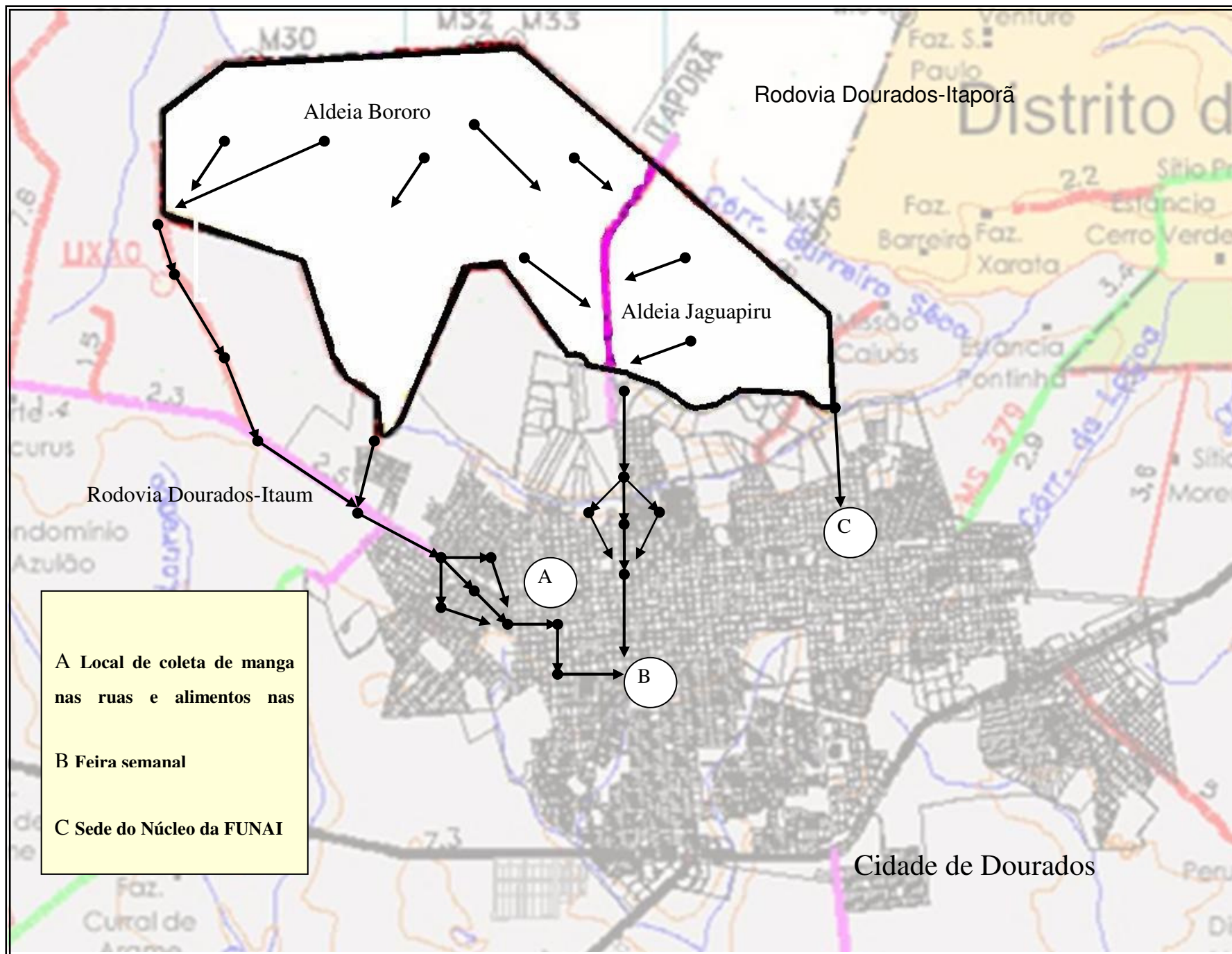
⁸ A parte mais tortuosa é aquela interna à aldeia.

⁹ O Núcleo da FUNAI é objeto de atenção mais de lideranças políticas e/ou de indígenas procedentes de outras terras indígenas de sua jurisdição, sendo que boa parte das atividades administrativas que dizem respeito à reserva de Dourados é desenvolvida no Posto Indígena situado em seu interior.

¹⁰ Toda a cidade se constitui em alvo das atividades tecno-econômicas dos índios, mas verifica-se uma grande concentração na região indicada, por razões que serão explicitadas a seguir.

região da Grande Dourados. Os locais recém-descritos são tomados em consideração pelos índios como seqüências de um itinerário semanal de atividades de coleta, empreendido por determinadas famílias de Bororó e de Jaguapiru, de modo especial por seus membros do sexo feminino¹¹.

¹¹ Movimentos das setas no mapa.



Utilizando carroças, mulheres e crianças costumam, aos domingos pela manhã, empreender atividades de coleta compósitas no ambiente urbano. A dinâmica consiste em chegar ao setor noroeste da cidade entre as 07 e 08 horas da manhã, distribuindo as crianças ao longo das ruas transversais com a finalidade de arrecadar alimentos variados (especialmente pão e biscoitos) nas residências locais¹². A técnica utilizada é formalmente idêntica ao que entenderíamos como pedido de esmola, os índios tendo observado e reproduzido este fenômeno do melhor modo possível, buscando comover a pessoa alvo de suas ações. De fato, procura-se enviar as crianças imaginando suscitar no “branco” maior efeito, conforme o escopo pretendido. Contemporaneamente a esta prática, com o auxílio de um bastão de cerca de 4 metros de comprimento, as mulheres coletam mangas nas redondezas, estocando-as na carroça. Ao cabo de algumas horas, todo o grupo se dirige para a feira localizada no centro da cidade. Neste último local, já em fase de encerramento das atividades comerciais, os índios dão continuidade à coleta de frutas e verduras, descartadas pelos feirantes, e dedicam-se eventualmente a comprar grãos (feijão), cereais (arroz) e carnes.

Com o fenômeno descrito se pretendia colocar em evidência como em certas circunstâncias as atividades de coleta de alimentos podem ser desenvolvidas em ambientes cuja exploração é relativamente recente de parte dos Kaiowa, refinando eles, para tanto, técnicas específicas de aquisição. De qualquer forma, não é certamente este o uso mais difuso que os índios fazem desses locais, a maior parte dos alimentos conseguidos procedendo principalmente de transações comerciais. Por outro lado, os itinerários de ida cotidiana ou periódica às cidades não são motivados simplesmente pela necessidade de captar alimentos, sendo também significativo o aprovisionamento de bens materiais de diferentes tipos, como roupas, objetos para as atividades culinárias, ferramentas, pólvora e chumbo para a caça, anzóis e linhas para a pesca, eletrônicos e outros objetos mais.

Conclusão

Finalizando esta comunicação, gostaria de chamar a atenção sobre a grande complexidade e variedade de atividades em que hoje podem se envolver os Kaiowa, com o

¹² Muitas vezes hospedado na casa de um colega residente no setor noroeste, eu acordava todos os domingos com o som da campainha, cuja responsável era sempre uma mesma menina kaiowa, de cerca de 07 anos de idade.

objetivo de integrar, de modo eficiente, a bagagem material da unidade doméstica à que pertencem. É possível se afirmar que, atualmente, as atividades de produção, desenvolvidas no espaço restrito dessas unidades domésticas (compostas por famílias extensas de três gerações), passaram a ser minoritárias com relação àquelas de aquisição, estas últimas cada vez mais diversificadas e complexas. As primeiras destas atividades estão voltadas à transformação de materiais, como madeira, sapé e fibras, entre outros, coletados geralmente nas imediações dos assentamentos das unidades domésticas. Por seu turno, as segundas destinam-se à exploração do território mais amplo, permitindo a incorporação de objetos já acabados, objetos estes que, especialmente nas últimas décadas, têm-se tornado preponderantes na vida cotidiana destes índios. Também os alimentos procedentes de estabelecimentos comerciais e os implementados pelas agências indigenistas passaram, na maioria dos casos, a ser numericamente superiores aos produzidos pelos Kaiowa. Cabe dizer que os bens obtidos através das transações comerciais são, sem dúvida, qualitativa e quantitativamente os mais significativos.

Podemos concluir, portanto, que hoje as atividades de aquisição tornaram-se preponderantes com relação às de produção, e que as “jazidas” privilegiadas dessas atividades passaram a ser os centros urbanos, centros estes que progressivamente integraram a maior parte da materialidade almejada hoje pelos Kaiowa, tornando-se alvos privilegiados de seus itinerários, no processo de apropriação dos recursos presentes no *habitat* em que residem.

Bibliografia

BARBOSA DA SILVA, Alexandra. 2007. *Mais além da ‘aldeia’: território e redes sociais entre os Guarani do Mato Grosso do Sul*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/MN/UFRJ.

CAMBIANO, Giuseppe. 1971. *Platone e le tecniche*. Torino: Einaudi.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976 (1960). *Do Índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terêna*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

1968. *Urbanização e Tribalismo: a integração dos Terêna numa sociedade de classe*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

COMAR, Mario Vito. 2006. *Relatório ambiental da T.I. Kokue'i*. MPF-Dourados.

DESCOLA, Philipe. 1992. "Societies of nature and nature of society". In A. Kuper (editor), *Conceptualizing society*. London and New York: Routledge.

MELLO, Murilo. 2002. *Relatório de caracterização ambiental da Terra Indígena Yvu Katu*. Funai, Brasília. Mimeo.

MURA, Fabio & **THOMAZ DE ALMEIDA**, Rubem Ferreira. 2003. *Levantamento Situacional sobre o Posto Indígena Dourados*. Ministério Público Federal de Dourados-MS.

MURA, Fabio. *À procura do "bom viver": território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowa*. Tese de doutorado defendida no PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ.

SPYER, 1999. *Relatório de Caracterização Ambiental da T.I. Nãnde Ru Marangatu (MS)*. Brasília, FUNAI.